



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

22/12/2012

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	1
1.2. JUÍZES.....	2 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	4
2.2. JUÍZES.....	5
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DECISÕES.....	6 - 7
3.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	8
3.3. JUÍZES.....	9
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. CNJ.....	10
4.2. DECISÕES.....	11 - 14
4.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	15 - 16
4.4. PRESIDÊNCIA.....	17
4.5. SEGURANÇA.....	18
4.6. SEM ASSUNTO.....	19

► É NATAL!

SENTENCIADOS EM FESTA

Mais de 100 presos são beneficiados com saída temporária em São Luís

Cento e setenta e sete presos sentenciados na capital maranhense foram contemplados com o benefício de saída temporária para as festividades natalinas. Os internos co-

meçaram a sair na quinta-feira (20) e deverão retornar às unidades prisionais na quinta-feira (27). Dos 177 agraciados com o benefício, nove são mulheres.

Prevista na portaria de

nº 140/2012, a saída dos internos foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar. Com base na Lei de Execuções Penais (Lei Nº

7.210/84), o benefício visa à ressocialização de presos, entendendo que as comemorações dessa época do ano são apropriadas para o convívio em família.



▷ AGRESSÃO

Juiz é agredido com pauladas

SILVAN ALVES

O juiz de Direito da Comarca de Imperatriz, Marcelo Testa Baldochi, foi agredido a golpes de faca e a pauladas por um flanelinha identificado apenas como "Negão".

O fato ocorreu no centro da cidade de João Lisboa, quando o magistrado estava saindo de uma pizzaria.

Ao retornar ao seu veículo que estava estacionado nas proximidades, o juiz Marcelo Baldochi foi surpreendido pelo flanelinha, que cobrou a importância de R\$ 12,00 pelo estacionamento.

O magistrado achou muito alto o valor cobrado por "Negão" e se recusou a pagar aquele valor. Naquele momento houve uma discussão e o acusado sacou de uma faca e desferiu um golpe no juiz. Não satisfeito, ele armou-se com um pedaço de pau desferiu vários golpes na cabeça da vítima. O juiz foi socorrido por uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel I de Urgência, (Samu) e levado para o Hospital das Clínicas em Imperatriz, onde recebeu atendimento médico. A polícia até ontem permanecia à procura do acusado que ainda não foi localizado.

177 presos beneficiados com saída temporária

Cento e setenta e sete presos sentenciados na capital maranhense foram contemplados com o benefício de saída temporária para as festividades natalinas. Os internos começaram a sair na quinta-feira (20) e deverão retornar às unidades prisionais na quinta-feira (27). Dos 177 agraciados com o benefício, nove são mulheres.

Prevista na portaria de nº 140/2012, a saída dos internos foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar. Com base na Lei de Execuções Penais (Lei Nº 7.210/84), o benefício visa à ressocialização de presos, entendendo que as comemorações dessa época do ano são apropriadas para o convívio em família.

Juiz é agredido a pauladas por flanelinha em Imperatriz

Agressão ocorreu quando o magistrado saía de uma pizzeria no centro da cidade

IMPERATRIZ - O juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da Comarca de Senador La Rocque, encontra-se internado em um hospital particular se recuperando de uma lesão corporal grave. Ele foi espancado a pauladas na cabeça e nas costas por um flanelinha nas imediações de uma pizzeria no centro da cidade. O magistrado disse ontem à **TV Mirante**, no hospital, que estava passando em frente à pizzeria Romanos quando se deparou com o agressor que o abordou. Na ocasião, ele disse ao então desconhecido que já havia mandado retirar os arranhões de sua caminhonete que teriam sido produzidos pelo homem,

sendo que neste momento o flanelinha iniciou as agressões com um pedaço de pau.

Baldochi disse que durante a agressão o homem o acertou várias vezes, produzindo hematomas e cortes na cabeça e nas costas. Diante do ataque o magistrado, que andava sozinho, correu em busca de socorro até conseguir abrigo na casa de uma amiga. Em seguida, ele foi socorrido por uma ambulância do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu) e levado para o Hospital das Clínicas.

O caso chegou ao conhecimento da delegacia regional, mas como não houve registro de Boletim de Ocorrência (BO), não foi aberto inquérito policial. Esse tipo de procedimento policial, segundo informou um delegado da Polícia Civil, só pode ser tomado caso seja registrado um

BO pela vítima ou familiares que o representem.

A vítima disse que vai decidir se registrará ou não o boletim, assim que receber alta hospitalar. O caso ganhou grande repercussão ontem em Imperatriz, principalmente ao ser noticiado em redes sociais. O comandante do 3º Batalhão da PM, Edeilson Carvalho disse que já identificou o flanelinha e está a sua procura. O juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, diretor do Fórum de Justiça, lamentou e lembrou que o agressor é reincidente.

Em Imperatriz, a profissão de flanelinha não é regulamentada e nesse período do ano eles estão em toda a parte em ruas do centro da cidade. Há cerca de 15 dias, uma discussão entre flanelinhas resultou no assassinato de um deles no centro da cidade.



Juiz Marcelo Testa Baldochi, da Comarca de João Lisboa, foi agredido ao reclamar de flanelinha em Imperatriz

Tribunal de Justiça do Maranhão recebe denúncias contra cinco prefeitos

 JUSTIÇA

TJMA recebe denúncia contra cinco prefeitos

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu denúncias do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Rivalmar Luís Gonçalves (Viana), Irene de Oliveira Soares (Presidente Dutra), Luís Gonzaga Barros (São Bento), Washington Luís de Oliveira (Bacuri) e José Gomes Coelho (Estreito).

O prefeito de Viana, Rivalmar Gonçalves – gestor do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), no exercício de 2007 – é acusado de ter dispensado licitação para aquisição de combustível, móveis, equipamentos e material de expediente, no valor total de R\$ 51.190,45.

Já a prefeita de Presidente Dutra, Irene Soares, foi denunciada pelo MP com base em decisão

judicial numa reclamação trabalhista. Ela teria contratado Francisco Aleixo dos Santos para prestar serviços na função de gari da prefeitura sem concurso público.

Os prefeitos Luís Barros (São Bento), Washington de Oliveira (Bacuri) e José Coelho (Estreito) foram denunciados pelo MP por apresentarem, com atraso, suas respectivas prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado – os dois primeiros em relação ao exercício 2001 e o último referente ao exercício de 2012.

A votação foi unânime no recebimento das denúncias contra os prefeitos de Viana, Presidente Dutra, São Bento e Estreito. No caso do prefeito de Bacuri, Washington Luís de Oliveira, o desembargador Froz

Sobrinho divergiu da maioria e votou pelo não recebimento da denúncia. Ele apontou ausência de dolo nos casos em que o gestor público efetua o pagamento de multa ao TCE, saindo da lista de inadimplentes, considerando ainda a quantidade de dias na entrega da prestação.

Tendo em vista o encerramento do calendário forense de 2012, Froz Sobrinho elogiou o trabalho do desembargador Joaquim Figueiredo na presidência da 3ª Câmara Criminal do TJMA. “O desembargador Joaquim Figueiredo desenvolveu com muita eficiência o cargo”, destacou. Figueiredo, por sua vez, frisou que o êxito do trabalho reflete a competência dos desembargadores que compõem a câmara.

■ INDULTO DE NATAL

177 presos são beneficiados com saída temporária em São Luís

Cento e setenta e sete presos sentenciados na capital maranhense foram contemplados com o benefício de saída temporária para as festividades natalinas. Os internos começaram a sair na quinta-feira (20) e deverão retornar às unidades prisionais na quinta-feira (27). Dos 177 agraciados com o benefício, nove são mulheres. Prevista na portaria de nº 140/2012, a saída dos internos foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar. Com base na Lei de Exe-

cuções Penais (Lei Nº 7.210/84), o benefício visa à ressocialização de presos, entendendo que as comemorações dessa época do ano são apropriadas para o convívio em família.

177

*agraciados com o benefício,
nove são mulheres*

Zoneamento

Isaías Pereirinha, presidente da Câmara Municipal, encarou com normalidade a interferência do juiz Megbel Abdalla, que conseguiu "convencer" os vereadores a não votarem o projeto de lei do Poder Executivo sobre mudanças no zoneamento urbano de São Luís, que já estava na pauta da última sessão desta legislatura, realizada quarta-feira (19). Pereirinha reconhece, agora, que o projeto não poderia ter sido levado a plenário porque não foram realizadas as audiências públicas, tampouco foi apreciado pelas comissões técnicas da Casa, ou seja, por pouco, não houve uma barbearagem legislativa.

Justiça virtual

O portal do CNJ na Internet alcançou 4,1 milhões de acessos – 41,27% na comparação com o mesmo período de 2011. É o maior interesse da população na Justiça.

DESCE ↓ Os prefeitos Rivalmar Luís Gonçalves (Viana), Irene de Oliveira Soares (Presidente Dutra), Luís Gonzaga Barros (São Bento), Washington Luís de Oliveira (Bacuri) e José Gomes Coelho (Estreito) foram denunciados pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) por atos de improbidade administrativa.

*Tribunal de
Justiça recebe
denúncia contra
cinco prefeitos
maranhenses*

PÁGINA 3

Tribunal de Justiça recebe denúncia contra cinco prefeitos maranhenses

A 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) recebeu denúncias do Ministério Público Estadual contra os prefeitos Rivalmar Luís Gonçalves (Viana), Irene de Oliveira Soares (Presidente Dutra), Luís Gonzaga Barros (São Bento), Washington Luís de Oliveira (Bacuri) e José Gomes Coelho (Estreito).

O prefeito de Viana, Rivalmar Gonçalves – gestor do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), no exercício de 2007 – é acusado de ter dispensado licitação para aquisição de combustível, móveis,

equipamentos e material de expediente, no valor total de R\$ 51.190,45.

Já a prefeita de Presidente Dutra, Irene Soares, foi denunciada pelo MP com base em decisão judicial numa reclamação trabalhista. Ela teria contratado Francisco Aleixo dos Santos para prestar serviços na função de gari da prefeitura sem concurso público.

Os prefeitos Luís Barros (São Bento), Washington de Oliveira (Bacuri) e José Coelho (Estreito) foram denunciados pelo MP por apresentarem, com atraso, suas respectivas prestações de

contas ao Tribunal de Contas do Estado – os dois primeiros em relação ao exercício 2001 e o último referente ao exercício de 2012.

A votação foi unânime no recebimento das denúncias contra os prefeitos de Viana, Presidente Dutra, São Bento e Estreito. No caso do prefeito de Bacuri, Washington Luís de Oliveira, o desembargador Froz Sobrinho divergiu da maioria e votou pelo não recebimento da denúncia. Ele apontou ausência de dolo nos casos em que o gestor público efetua o pagamento de multa ao TCE, saindo da lista

de inadimplentes, considerando ainda a quantidade de dias na entrega da prestação.

Eficiência – Tendo em vista o encerramento do calendário forense de 2012, Froz Sobrinho elogiou o trabalho do desembargador Joaquim Figueiredo na presidência da 3ª Câmara Criminal do TJ-MA.

“O desembargador Joaquim Figueiredo desenvolveu com muita eficiência o cargo”, destacou. Figueiredo, por sua vez, frisou que o êxito do trabalho reflete a competência dos desembargadores que compõem a câmara.

■ Bloqueio de contas

A Justiça determinou o bloqueio dos recursos da prefeitura de João Lisboa para garantir o pagamento dos salários dos servidores municipais que estão atrasados desde novembro. A decisão, em caráter liminar, foi concedida a pedido do Ministério Público Estadual.

O Tribunal de Justiça, acolheu Ação Civil Pública proposta pelos promotores de Justiça da Comarca de João Lisboa, Maria José Lopes Corrêa e Tarcísio José Sousa Bonfim, e determinou o bloqueio de todos os recursos, inclusive os provenientes do FPM, Fundeb.

A ação proposta pelo Ministério Público ocorreu, segundo relatam os promotores, em função das inúmeras reclamações de pais de famílias, sobre existência de clima de instabilidade e aflição em seus lares por conta da falta recebimento dos salários.

177 presos são beneficiados com saída temporária em SL

Cento e setenta e sete presos sentenciados na capital maranhense foram contemplados com o benefício de saída temporária para as festividades natalinas. Os internos começaram a sair nesta quinta-feira (20) e deverão retornar às unidades prisionais na quinta-feira (27). Dos 177 agraciados com o benefício, nove são mulheres.

Prevista na portaria de nº 140/2012, a saída dos internos foi concedida pelo juiz da 1º Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar. Com base na Lei de Execuções Penais (Lei Nº 7.210/84), o benefício visa à ressocialização de presos, entendendo que as comemorações dessa época do ano são apropriadas para o convívio em família.

■ 177 presos beneficiados

Cento e setenta e sete presos sentenciados na capital maranhense foram contemplados com o benefício de saída temporária para as festividades natalinas. Os internos começaram a sair nesta quinta-feira (20) e deverão retornar às unidades prisionais na quinta-feira (27). Dos 177 agraciados com o benefício, nove são mulheres.

Prevista na portaria de nº 140/2012, a saída dos internos foi concedida pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (VEP), Jamil Aguiar.

Com base na Lei de Execuções Penais (Lei Nº 7.210/84), o benefício visa à ressocialização de presos, entendendo que as comemorações dessa época do ano são apropriadas para o convívio em família.



Para mim é uma honra receber esse galardão. Sinto-me lisonjeado sendo reconhecido pela governadora do meu estado. Isso mostra que o Poder Judiciário tem convivência harmônica com o Executivo”, declarou o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Antônio Guerreiro Júnior, que foi homenageado esta semana com a Medalha Ordem dos Timbiras, no Grau de Comendador do 4º Centenário de São Luís.

Comissão vai intensificar ações de segurança no Judiciário

A Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça fez primeira reunião, agora em dezembro, de olho em conjunto de medidas que serão tomadas em 2013 para reforçar a proteção de magistrados, servidores e prédios do Judiciário em todo o Estado.

Projeto de trabalho estratégico nessa área foi detalhado à Comissão Permanente de Segurança Institucional e ao desembargador Froz Sobrinho, que vai presidir o órgão por indicação do presidente do TJ-MA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. Sobrinho coordenou o planejamento em segurança do TRE nas eleições 2012, na capital.

Intensificar níveis de segurança e controle de acesso no Fórum de São Luís e comarcas do interior classificadas com maior potencial de risco de invasão ou atos de vandalismo (inclusive com a compra de equipamentos); curso internacional de segurança para juízes e criar brigada de incêndio em unidades judiciárias da capital foram tópicos em debate no encontro. A maioria deve sinalizar as linhas de ação do órgão no próximo ano, diz o diretor de Segurança do TJ-MA, capitão Alexandre Magno.

Outro assunto em análise pela comissão é a continuidade ou não dos serviços de segurança pessoal a sete magistrados hoje sob proteção do TJ-MA, devido ameaças ou risco. Por questões óbvias, o nome e unidade de trabalho são mantidos sob sigilo.

O diretor diz que a comissão quer levar medidas de segurança

para as 112 comarcas instaladas no estado, considerando as necessidades de cada uma, e de acordo com orientação do presidente Guerreiro Júnior. “As ações que começamos a discutir estarão integradas a um plano maior, que pretende promover uma cultura de segurança no Judiciário estadual”, adianta.

A comissão avaliou ainda a permanência da segurança pessoal de alguns magistrados e decidiu sobre os pedidos de proteção especial, assistência e escolta de juízes em situação de ameaça ou risco.

“A comissão vai adotar medidas para reforçar a segurança de instalações judiciárias e administrativas e estabelecer políticas institucionais visando orientar, prevenir e garantir a segurança de membros do Judiciário”, explica Guerreiro Júnior.

Participaram da reunião a juíza auxiliar da Presidência, Francisca Galiza; o chefe do Gabinete Militar, tenente-coronel Pedro de Jesus Ribeiro; e o juiz Artur Gustavo Azevedo (Barreirinhas), representante da Associação dos Magistrados do Maranhão.

A Comissão Permanente de Segurança Institucional, criada pelo presidente Guerreiro Júnior em setembro, tem como foco planejar e executar a política de segurança dos juízes e servidores do Poder Judiciário.

Compete ao grupo de trabalho formado por magistrados e militares – e que terá encontros mensais – receber e decidir sobre os pedidos de proteção, assistência e escolta de magistrados em situação de ameaça ou risco.

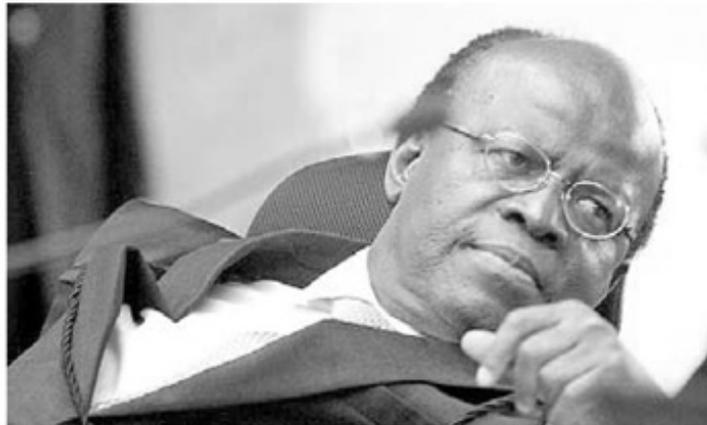
Brasil é o país dos privilégios, afirma o presidente do STF

DÉBORA ZAMPIER
Da Agência Brasil

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, falou na quinta (20) sobre as prioridades que deverá adotar como líder da Suprema Corte e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Uma das ações, segundo o ministro, será combater a advocacia de parentes de ministros e conselheiros em tribunais superiores, o que ele considera um privilégio indevido.

“É uma visão minha, mas é muito provável que seja contrária ao pensamento de uma maioria. O Brasil é o país dos privilégios, que são internalizados como se fosse a coisa mais natural do mundo. Parece ser um direito constitucional ao privilégio”, disse o ministro durante entrevista coletiva.

Barbosa disse que “a prioridade número um” no Supremo



Joaquim Barbosa: prioridades já estabelecidas

em 2013 será o julgamento de recursos reconhecidos como repercussão geral.

Nesses casos, as decisões em apenas um processo no STF é aplicada a todos os casos semelhantes em instâncias infe-

riores, desafogando a Justiça. O ministro disse que colocou sua equipe para analisar a questão em conjunto com tribunais pelo país.

Ainda segundo Barbosa, a pauta das sessões de 2013

será “mais regular”, destinada à “limpeza de processos que estão prontos para julgamento há muito tempo”.

Quanto ao processo que apura o chamado mensalão mineiro, Barbosa disse que não é mais relator do caso e que a arbitramento do processo dependerá da liberação do próximo ministro responsável, que ainda não foi indicado pela presidente Dilma Rousseff.

O presidente ainda disse que, no CNJ, atacará a questão do “patrimonialismo no Brasil” em casos de corrupção e improbidade, mas apenas nos casos que envolvem a competência do Conselho, “sem extrapolação”.

Ele também analisará a questão dos supersalários no Judiciário e dará atenção especial à questão carcerária, com estudos, publicações e mutirões para tornar o cumprimento das penas mais humano.